

Um prelúdio das invasões napoleônicas em Portugal: os planos franceses de ocupação do Brasil antes da Guerra Peninsular

João Victor Pires*

Instituto Universitário de Lisboa
Lisboa, Portugal

Recebido em: 12 fev. 2024

Aprovado em: 26 maio 2025

Publicado em: 21 nov. 2025

Resumo

Resenha de: MOREL, Marco. O dia em que Napoleão quis invadir o Brasil: Os planos secretos que poderiam ter mudado a história do Novo Mundo. São Paulo: Vestígio, 2024. 192 p.

Palavras-chave: Resenha. Napoleão Bonaparte. Invasões Francesas. D. João VI. Brasil Colônia.

* Doutorando em História Moderna e Contemporânea pelo Instituto Universitário de Lisboa. Mestre em História Moderna e Contemporânea pelo Instituto Universitário de Lisboa; graduado em Comunicação Social pelas Faculdades Integradas Hélio Alonso. E-mail: jvrpires@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7173-2191>

 <https://lattes.cnpq.br/5928736229937316>

Uma leitura rápida e leve, mas ao mesmo tempo com informação nova extraída de documentos do Arquivo Nacional da França e do Arquivo Histórico dos Serviços da Defesa do mesmo país. Assim podemos resumir o recente lançamento de Marco Morel, *O dia em que Napoleão quis invadir o Brasil*. O autor é um jornalista e experimentado historiador, doutor em História pela Universidade de Paris I e docente do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O livro descreve 17 planos de ocupação de territórios brasileiros elaborados por militares franceses entre 1796 e 1808, período em que o Brasil ainda era uma colônia portuguesa. Invadir o Brasil, ou parte dele, significava, portanto, fragilizar Portugal, ou melhor, a sua principal aliada, a Grã-Bretanha. As fontes são praticamente inéditas. Praticamente porque já tinham sido brevemente visitadas em alguns estudos estrangeiros, como, por exemplo, o do francês Jacques Binoche-Guedra (2006), com um artigo sobre o plano do conde Jacques Louis Henri de Liniers para invadir colônias espanholas vizinhas à América Portuguesa, apesar do seu projeto também envolver a ocupação de parte do Brasil.

Morel, convém recordar, defendeu, em 1995, uma tese de doutorado que deu origem ao famoso livro *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 - 1840)*, com uma análise inovadora do desenvolvimento da esfera pública moderna no Brasil. Também é autor de uma obra importante sobre o impacto da Revolução do Haiti no Brasil, intitulada *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista*, e do livro biográfico *Cipriano Barata: uma trajetória rebelde na independência do Brasil*. Estes dois livros, aliás, têm alguns pontos revisitados neste *O dia em que Napoleão quis invadir o Brasil*, sobretudo quando são abordados os planos franceses de invasão do Brasil que envolviam em alguma medida a Ilha de São Domingos (atual Haiti) e no capítulo “Capitão Larcher e a Revolução na Bahia”, que detalha a influência francesa e a presença de Cipriano Barata na conspiração ocorrida em Salvador em 1798.

O título do livro é questionável, uma vez que poucas indicações temos de que Napoleão de fato pensou em invadir o Brasil, uma vez que nenhum dos 17 planos descritos foram aprovados, a não ser um, de Lacrosse, analisado no capítulo “Napoleão deu sinal verde: o almirante Lacrosse vai invadir o Rio de Janeiro e Angola”, mas a aprovação foi de um projeto remendado, no qual o autor retirou a ideia de conquistar o Brasil, mantendo apenas a meta de saquear embarcações que saíssem da Bahia e a ocupação de parte do litoral de Angola, que tinha postos controlados pelos portugueses. Ainda assim, conforme Morel indica, a aprovação durou pouco, sendo logo a seguir “adiada, sem nova data”. Dúvidas quanto à pertinência do título à parte, o livro tem boas contribuições para alguns temas.

“Moradores de Lisboa, vivei sossegados em vossas casas: não receeis coisa alguma do meu exército, nem de mim; os nossos inimigos e os malvados, somente devem temer-nos. O

grande Napoleão, meu amo, envia-me para vos proteger; eu vos protegerei” (*Gazeta de Lisboa*, 4 dez. 1807, supl.). Esta proclamação, escrita por Jean-Andoche Junot ao iniciar a invasão da cidade de Lisboa em novembro de 1807, poderia anos antes ter sido assinada por outro militar francês e endereçada aos moradores do Rio de Janeiro, de Salvador ou de Porto Alegre, que foram algumas das regiões visadas pelos franceses. Se em 1807 chegaram os franceses a Lisboa, vindos em marcha da Espanha, “tão fatigados, rotos e desfigurados, que mais excitavam a piedade do que o terror dos espectadores” (Neves, 1810, p. 213), o mesmo poderia ter acontecido no Rio de Janeiro, vindos em marcha de Cabo Frio ou da Ilha Grande, ou em Porto Alegre, chegados de um longo trajeto por terra desde Maldonado. É que esses eram alguns dos planos arquitetados por militares franceses para invadir o Brasil.

Como sabemos, depois desses planos, as invasões efetivadas foram em Portugal, sendo a primeira em 1807, como estratégia para concluir o Bloqueio Continental e enfraquecer o comércio britânico, resultando na transladação da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, onde o príncipe regente Dom João e a sua corte chegaram em março de 1808. Meses depois, Napoleão também forçaria a abdicação do monarca espanhol, ocupando Madrid. Esse cenário marca o início da chamada Guerra Peninsular, em Portugal e na Espanha, que vai durar até 1814, assinalando embates decisivos entre franceses e britânicos em solo ibérico. Outras duas invasões francesas foram realizadas em Portugal, entre 1809 e 1810. António Pedro Vicente (2006, p. 6-7), aliás, defende que a Guerra das Laranjas, em 1801, representou uma primeira tentativa da França em invadir parte do território português. Mas a única das quatro tentativas de invasão que realmente resultou foi a de 1807, culminando na ocupação efetiva de Lisboa até setembro de 1808.

Antes disso, o almirante Jean-Baptiste Raymond de Lacrosse propunha em 1800 a Napoleão “desembarcar as tropas na Ilha Grande (a 150 quilômetros da capital e bem próxima do litoral) e levá-las até a cidade (Rio de Janeiro), evitando os fortes à beira-mar, onde se concentrava maior aparato militar”. Já Henri de Liniers apresentou, em 1803, uma proposta para ocupar Maldonado (atual Uruguai), de onde “a tropa seguiria os 700 quilômetros que separam a localidade de São Pedro do Rio Grande do Sul (Porto Alegre)”. Um outro plano, elaborado em 1799, que não tem o autor identificado na documentação, sugeriu “desembarcar em Cabo Frio e seguir em marcha até a capital, uma distância de 150 quilômetros”. Lacrosse detalhava a ideia de lançar “um manifesto à população, contendo as intenções da República francesa e conclamando apoio, colaboração e união”, tal como os mesmos franceses fariam sete anos depois ao adentrar Lisboa, mas não só, pois proclamações semelhantes foram realizadas na ocupação de Nápoles, em 1806, e de Cairo, no Egito, em 1798 (Davis, 2006, p. 133).

O plano de Lacrosse, provavelmente o mais detalhado de todos, indicava que o almirante “esperava ainda receber a adesão de militares franceses emigrados, que estavam no Brasil a serviço de Portugal”, o que aconteceria com o exército de Junot durante a ocupação de Lisboa entre dezembro de 1807 e setembro de 1808, quando foi decisiva a cooperação leal do conde de Novion, emigrado francês comandante da Guarda Real de Polícia de Lisboa, e do Marquês de La Rozière, militar francês servindo ao exército português e que entregou a Junot toda a documentação que conhecia relativa à defesa de Portugal (Araújo, 2022, p. 131 e 299). O autor do projeto que envolvia o desembarque em Cabo Frio tinha um temor: desconfiava de possíveis revoltas, sobretudo em momentos religiosos, “quando poderiam ocorrer reações imprevistas”, segundo o plano. Não suspeitava sem fundamento, pois anos depois os enfrentamentos mais graves à primeira invasão francesa em Portugal surgiram “quase sempre a propósito de ocorrências religiosas de certa solenidade, como cortejos e procissões” (Araújo, 2022, p. 55). Em Lisboa, uma das maiores movimentações populares se deu no dia do Corpo de Deus, que era uma data tão alegre para toda a cristandade, mas “foi um dos mais aziagos para os franceses” (Neves, 1810a, p. 256). É curioso notar que Lacrosse considerava o Brasil “uma unidade administrativa pronta a se transformar em unidade política, dividido em três regiões (Norte, Centro e Sul), tendo como principais cidades Salvador e Rio de Janeiro”, o que também de facto viria a acontecer na ocupação de Portugal em 1807, quando o reino inicialmente foi dividido em três: a região do Entre Douro e Minho caberia à Etrúria; o Alentejo e o Algarve à Espanha; e o restante do território à França (Araújo, 2022, p. 23).

Essas semelhanças descritas revelam que algumas das expectativas dos planos franceses eram factíveis, uma vez que efetivamente acabaram por acontecer aquando da invasão de Portugal. Fazendo um contrafactual, parece-nos possível que no Rio de Janeiro, por exemplo, os franceses recebessem o apoio de parte da comunidade imigrante francesa, bem como encontrassem dificuldades no que toca ao calendário religioso. Se foi possível para as tropas de Junot, mesmo com marchas forçadas difíceis e soldados afogados em meio a torrentes (Junot, 2008, p. 96-100), sair da Espanha e alcançar Lisboa, também poderia ter sido aos militares franceses dedicados aos trajetos traçados nos planos de Lacrosse e Liniers. O livro, ao reunir esses 17 planos, é esclarecedor nesse sentido: apesar de algum desconhecimento em determinados aspectos (sobretudo geográfico, conforme Morel assinala aqui e ali), os franceses conheciam bem determinadas características da sociedade lusitana e brasileira, o que fica notório nas suas expectativas e receios ancorados na realidade.

Os planos diferiam em determinados pontos: alguns pretenderam apoiar a independência brasileira, mas a maioria objetivava transformar o Brasil, ou parte dele, numa colônia francesa. Alguns propunham a abolição da escravidão, enquanto outros intentavam

justamente o oposto: lucrar com este comércio, incluindo propostas que pensavam em invadir sucessivamente ou simultaneamente regiões brasileiras e africanas. Mas não diferiam em um ponto elementar: o objetivo de danificar a economia do império britânico. E aqui reside uma outra contribuição do livro: a análise em conjunto dessas propostas de ocupação do Brasil demonstram quem era o verdadeiro alvo e, ao mesmo tempo, o maior obstáculo. Não podemos esquecer, neste cenário, que a França representou o maior rival econômico da Grã-Bretanha durante o século XVIII, com um crescente comércio externo e uma capacidade produtiva nas colônias por vezes superior à dinâmica colonial britânica (Blackburn, 2003, p. 522-535), apesar de reveses constantes que “danificaram especialmente o orgulho nacional” (Kumar, 2018, p. 437). Entre 1689 e 1815, França e Inglaterra envolveram-se em oito guerras, de modo que François Crouzet (1996) propõe uma “Segunda Guerra dos Cem Anos”.

Não surpreende que os planos traziam inscritos uma visão de superioridade por parte dos franceses frente à sociedade brasileira. Mas é notável que Morel cite o sucesso que, anos depois, em 1825, um espetáculo fez em Paris, associando a sociedade brasileira aos macacos, “a um híbrido de símio e humano”. *Jocko, le singe du Brésil* (Jocko, o macaco do Brasil) era “uma peça de literatura colonial, bem ao gosto exótico do público urbano europeu”, conforme descreve Morel, e que assegurava “o caráter primitivo e inferior” dos brasileiros. É notável porque tal associação não era isolada, mas, sim, presente no imaginário dos franceses há mais tempo. Numa pesquisa nos documentos da Intendência-Geral da Polícia de Lisboa, realizada para outros fins, localizamos, por exemplo, o caso da averiguação, em 1809, de um dentista espanhol Felipe Balcaio, conhecido por ser a favor dos franceses e que costumava dizer, segundo uma testemunha da devassa, “que os franceses haviam de ir ao Brasil buscar pelas orelhas a S.A.R. e destruir o imperador dos macacos”.¹ A associação seria revitalizada, por exemplo, pelos paraguaios durante a Guerra do Paraguai (Torral, 1995).

Concluindo, nenhum dos projetos de conquista do Brasil por parte dos franceses foram efetivados, mas o conhecimento deles em conjunto é o maior aporte do livro. E com capacidade de alcance, pois a escrita para um público amplo é também um mérito da obra, apesar de alguns leitores/pesquisadores poderem sentir falta de notas explicativas com as referências exatas para algumas informações. O autor informa que “as referências dos textos consultados estão divididas em documentos da época e livros/artigos”, descrevendo todas as fontes primárias e secundárias numa lista disponível no fim do livro, mas sem direcionar notas

1 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Fundo Ministério do Reino, Informações do intendente-geral da Polícia, maço 457, caixa 572, 26 de maio de 1809.

que detalham a origem das informações apresentadas ao longo do trabalho. *O dia em que Napoleão quis invadir o Brasil* tem seu valor para os interessados na Era das Revoluções, quer por apresentar, através de uma fonte até então pouco conhecida, a dinâmica entre Napoleão e seus militares quer por complementarem ou permitirem novas perspectivas de análise acerca dos aspectos assinalados ao longo deste texto e possivelmente outros a serem identificados por leitores interessados em outras minúcias do período.